

CAPÍTULO 30

DOI: 10.4322/978-65-995353-8-3-030

DESAFIOS ENFRENTADOS EXERCENDO A MATERNIDADE NA PRISÃO

Kaline Silva Meneses¹, Sara Emilli Felix de Sousa Ribeiro², João Felipe Tinto Silva³, Carlos Eduardo da Silva-Barbosa⁴, Ane Grazielle da Silva Rocha⁵, Rosinei Nascimento Ferreira⁶, Luana Pereira Ibiapina Coêlho⁷, Larissa Lima Marques Coimbra⁸, Carliane de Sousa Medeiros e Menezes⁹, Carla Gêssica Alves Vieira¹⁰, Valéria Fernandes da Silva Lima¹¹, Kaline Oliveira de Sousa¹², Isabela Alves Soares¹³, João Eduardo Gomes de Oliveira¹⁴

¹Centro Universitário Dom Pedro II, (kalinesilvameneses@hotmail.com)

²Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, (saraemilli40@gmail.com)

³ Universidade Estácio de Sá (UNESA), (felipetinto99@gmail.com)

⁴Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), (cedsbzs@gmail.com)

⁵Instituto de Ensino Superior Múltiplo-IESM, (rochaanegrazy@gmail.com)

⁶Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, (rosineiff2@hotmail.com)

⁷Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, (luana_ibiapina@hotmail.com)

⁸Faculdade Laboro, (coimbralarissa@gmail.com)

⁹Instituto de Ensino Superior Múltiplo-IESM, (carlianemedeiros2@hotmail.com)

¹⁰Instituto Plurais, (carlinha_gessica@hotmail.com)

¹¹Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), (valeriafernandesxp@gmail.com)

¹²Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, (kaline.academico@gmail.com)

¹³Faculdasde São Francisco da Paraíba – FASP, (isabela.lincol@gmail.com)

¹⁴ Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, (joaoeduardogo@gmail.com)

Resumo

Objetivo: Identificar quais são os desafios vivenciados pelas mulheres privadas de liberdade durante a maternidade na prisão. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com o auxílio das bases de dados LILACS, BDENF e MEDLINE, através dos descritores “Mulheres”, “Prisões” e “Gravidez” localizados no Descritor em Ciências da Saúde (DeCS), utilizando o operador booleano AND. **Resultados e Discussão:** Foram encontrados 10 artigos para compor a revisão. Foram encontrados desafios

durante o pré-natal como número de consultas abaixo do indicado, violência verbal, psicológica e obstétrica durante o parto e falta de orientação no pós o parto. **Conclusão:** É necessário uma capacitação mais efetiva dos profissionais de saúde e carcerários, para ofertar um cuidado humanizado promovendo o respeito independente das condições judiciais dessa mulher, além de incentivar pesquisas relacionadas à população privada de liberdade do sexo feminino, já que são escassos estudos com esse tema.

Palavras-chave: Prisões; Gravidez; Cuidado Pré-natal.

Área Temática: Ciências da Saúde.

E-mail do autor principal: kalinesilvameneses@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), desde os anos 2000, o crescimento da população prisional feminina vem aumentando, sendo São Paulo o estado com maior número de mulheres privadas de liberdade, e o estado do Amapá com menor número dentre os estados no país. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, junho/2017, cerca de 37% das mulheres estão presas sem condenação e 36% sentenciadas em regime fechado, sendo o tráfico de drogas o crime mais cometido por elas (BRASIL, 2017).

No Brasil, as mulheres privadas de liberdade tem seu acesso à saúde assegurado pelo Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) que inclui essa população no Sistema Único de Saúde (SUS), com linha de ação direcionada à saúde da mulher o que inclui o pré-natal e ações educativas sobre o parto, puerpério, anticoncepção, entre outros. Porém, o que prevalece no ambiente penitenciário é um local inóspito, com práticas de prevenção e promoção da saúde e programas como o pré-natal praticamente inexistentes, favorecendo o desenvolvimento de doenças ou dificultando sua prevenção (SALES *et al.*, 2021).

Sabe-se que a prisão é um local de condições estruturais com celas superpopulosas, sem ventilação e em situação precária que favorece o adoecimento, inclusive atenuando sentimentos de ansiedade pelo nível de preocupação e incertezas da pessoa privada de liberdade com relação a questões processuais. É importante também salientar que a gestação inclui várias mudanças hormonais, físicas e psíquicas e a prisão agravaria a ansiedade (PÍCOLI *et al.*, 2014).

Conforme os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do sistema de informação Geopresídios, o Brasil em maio de 2014 tinha 1.026 gestantes no sistema prisional, sendo que não há homogeneidade no pré-natal e puerpério dessas mulheres, além da iniquidade da oferta de atenção nas maternidades. Nesse sentido, é importante salientar a criação, em 2014 da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas

do Sistema Penal que dispõe de um conjunto de diretrizes e metas para a reformulação das práticas do encarceramento feminino que prevê a garantia de direitos para essas mulheres e seus filhos (BRASIL, 2014).

O estigma de ser uma presidiária traz seus entraves, e apesar das leis que assegura os direitos, elas enfrentam muitas dificuldades de acesso à saúde e violação de direitos básicos. Portanto o objetivo desse estudo é identificar quais são os desafios vivenciados pelas mulheres privadas de liberdade durante a maternidade na prisão?

2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que busca sintetizar informações para conhecer o atual estado científico de um determinado tema, possibilitando a definição de conceitos, revisão de teorias/evidências e análise de problemas metodológicos de um tópico particular podendo ser incluído diversos tipos de estudos para melhor compreensão de um problema e permitindo um embasamento da prática baseada em evidências (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Para direcionar a presente revisão delineou-se como questão norteadora: quais são os desafios da maternidade no sistema prisional?

Para a construção desta pesquisa, foi realizada uma busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com o auxílio das bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), através dos descritores “Mulheres”, “Prisões” e “Gravidez” localizados no Descritor em Ciências da Saúde (DeCS), utilizando o operador booleano *AND*.

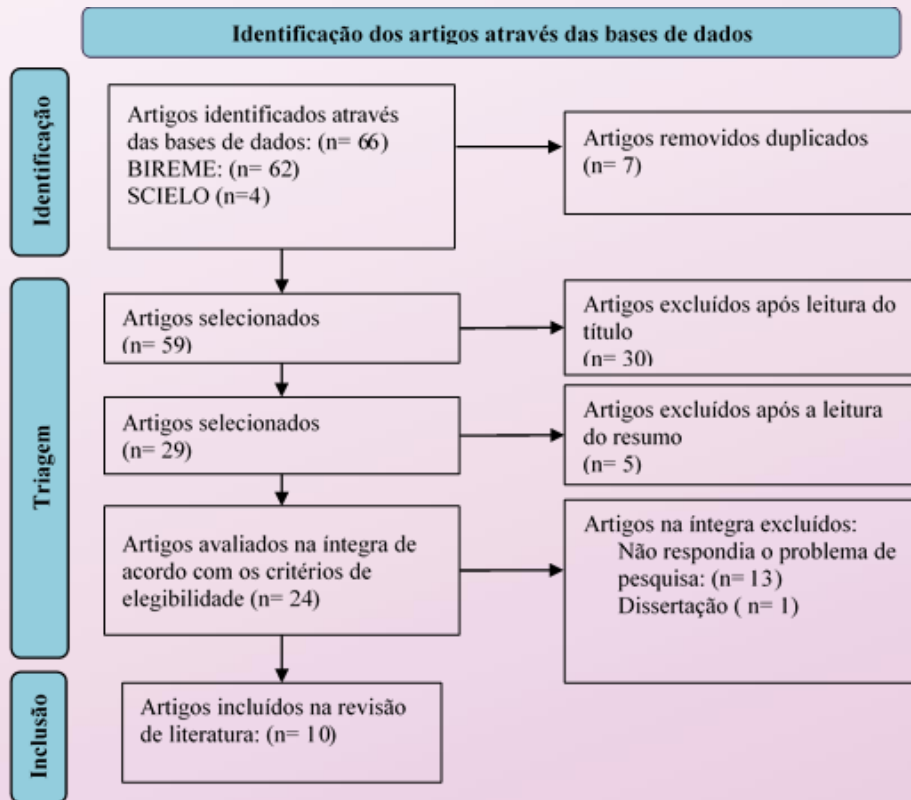
A pesquisa foi realizada no mês de fevereiro de 2022, e foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos publicados nas referidas bases de dados entre os anos de 2016 e fevereiro de 2022, nos idiomas português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra e que contemplassem o tema proposto para esta pesquisa. E excluídos artigos duplicados, editoriais, resenhas, resumos ou artigos publicados em anais de eventos e indisponíveis na íntegra.

A análise de dados foi feita a partir dos critérios de Bardin, que consiste em algumas fases: pré-análise que consiste na leitura flutuante e escolha dos documentos; exploração do material codificando em unidades de registro; tratamento dos resultados obtidos e inferência que consiste na síntese dos resultados fazendo inferências pelo próprio autor com respaldo metodológico (BARDIN, 2016).

Dessa forma, foram encontrados 66 artigos e após aplicar os critérios de elegibilidade,

foram selecionados 10 para compor esta pesquisa.

Figura 01. Fluxograma de amostra final dos artigos referente à busca eletrônica nas bases de dados SCIELO, MEDLINE, LILACS e BDEF.



Fonte: Autores, 2022.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 10 artigos para compor a revisão. A maioria dos estudos tinham como metodologia pesquisas qualitativas, realizadas por meio de entrevistas. Além disso, descobriu-se que a maioria das entrevistadas tinham baixa escolaridade e nível socioeconômico baixo e eram negras.

Figura 02. Principais informações dos artigos selecionados.

Título	Autor	Ano	Metodologia	Síntese do estudo
Pertencimentos sociais e vulnerabilidades em experiências de parto e gestação na prisão	DALENOGA RE, Gabriela; <i>et al.</i>	2022	Pesquisa qualitativa do tipo descritiva exploratória, com embasamento em perspectivas teóricas que abordam interseccionalidades entre gênero, raça e classe social.	As mulheres foram submetidas a deficitário acesso à saúde, além de violência psicológica e moral. A experiência do parto foi permeada por violência institucional e por sentimentos de solidão e desamparo.
Gestação e	CHAVES,		Dados coletados em entrevistas semiestruturadas	Obteve-se uma avaliação em certa medida positiva dos cuidados de saúde na

maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil	Luana Hordones; ARAÚJO, Isabela Cristina Alves de.	2020	com sete presas do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (CRGPL), assim como dados coletados a partir da aplicação de questionários estruturados.	perspectiva das gestantes e recém-mães do Centro, por outro lado, alguns problemas enfrentados foram levantados pelas internas, e descritos como fonte de diversos sofrimentos.
Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho	MATÃO, Maria Eliane Liégio; et al.	2016	Pesquisa de campo, descritiva e com abordagem qualitativa, a qual utiliza a teoria das representações sociais como referencial teórico-metodológico.	Os dados obtidos levam a identificar a necessidade de inserção de profissionais da saúde preparados que atendam à diáde de forma humanizada, bem como garantia de direitos, por exemplo, ambiente apropriado à permanência de mãe e filho, dentre outros relevantes.
Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais	ANDRADE, Anny Beatriz Costa Antony De; GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira.	2018	Revisão integrativa de artigos científicos publicados entre 2007 a 2017.	O acompanhamento pré-natal efetivo é realidade apenas em países desenvolvidos; a falha na comunicação entre o sistema prisional e familiares de gestantes e puérperas, o uso de algemas durante o trabalho de parto e parto, são fragilidades na assistência à esta parcela populacional.
Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica	SILVA, Jeferson Barbosa; et al.	2020	Estudo exploratório, qualitativo, fundamentado na história oral.	Prevaleceu nos discursos a fragilidade de atenção à saúde em todas as fases do ciclo gravídico-puerperal, envolvendo des(assistência) no pré-natal, vivência não percebida de violência obstétrica, sentimentos de abandono no parto e falta de ambiente adequado para os recém-nascidos dentro da instituição correcional.
Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade	DIUANA, Vilma, CORRÊA, Marilena C.D.V.; VENTURA, Miriam.	2017	Entrevista em quatro estados brasileiros, 22 mulheres - gestantes e mães com filhos na prisão e 19 profissionais que atuam nesse ambiente, além de cinco grupos com gestantes e mães e três com profissionais de saúde.	Os mecanismos disciplinares característicos do penitenciário, ao se integrar às práticas de controle de si que as mulheres-mães realizam em função do cuidado e proteção dos filhos, vulnerabilizam concretamente estas mulheres, expondo-as e a seus filhos a sofrimentos

				psíquicos e morais.
Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil	LEAL, Maria do Carmo; <i>et al.</i>	2016	Análise de série de casos proveniente de um censo nacional realizado entre Agosto de 2012 e Janeiro de 2014.	Piores condições da atenção à gestação e ao parto foram encontradas para as mães encarceradas em comparação às não encarceradas, usuárias do SUS; também evidenciou violações de direitos humanos, especialmente durante o parto.
Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina	FERREIRA, Luzane de Sousa; <i>et al.</i>	2017	Estudo descritivo e exploratório de abordagem qualitativa, desenvolvido no ano de 2014 numa penitenciária feminina de referência da capital piauiense, Brasil.	As participantes queixam-se do atendimento desumano que lhes é prestado, devido ao preconceito dos profissionais de saúde relacionado à sua condição prisional.
Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão	MATOS, Khesia Kelly Cardoso; COSTA E SILVA, Susanne Pinheiro; LIMA, Juciara Karla De Souza.	2018	Estudo qualitativo, embasado no referencial teórico-metodológico das representações sociais, com 19 mulheres encarceradas em colônias penais.	Evidenciou-se a necessidade de repensar o atendimento de saúde na prisão contribuindo-se para a efetivação de políticas públicas e garantindo-se os direitos daqueles que se encontram atrás das grades, especialmente mulheres e crianças.
Vivências de gestantes em situação de prisão	FOCHI, Maria do Carmo Silva; <i>et al.</i>	2017	Estudo qualitativo e descritivo realizado em uma penitenciária feminina do Estado de São Paulo/Brasil, com 14 gestantes e uso da técnica de análise de conteúdo fundamentada nas abordagens psicoemocionais.	Há restrição nas relações familiares, na convivência social, no suprimento alimentar, da privacidade e do direito ao sono/repouso, além de impedimento do exercício da maternidade. Além disso, demonstraram sentimento de culpa e dor devido a privação de vivenciar a maternidade e a amamentação, além de medo de perder a guarda de seu filho.

Fonte: Autores, 2022.

A assistência à saúde oferecida à população privada de liberdade é precária, e quando de gestantes não é diferente. Exercer a maternidade na prisão é permeada por vários entraves que dificultam o cuidado à saúde da mãe e bebê, além de julgamentos e negligências. As gestantes revelam que a violência começa no momento da abordagem policial, sendo ameaçadas e sofrendo atitudes punitivas frente ao delito cometido, mesmo estando grávidas. Muitas acreditam que o fato de estarem gestantes lhes irá conceder uma maior proteção contra os riscos de conflitos com mulheres de outra facção e acesso à saúde, porém a realidade que

elas relatam é locais com falta de higiene, alimentação precária, privação de sono, dificuldade ao acesso à saúde como, vacinas, exames de sangue, ultrassonografia e consulta pré-natal, falta de camas, insalubridade das celas, humilhação por parte dos seguranças (DALENOGARE *et al.*, 2022; FOCHI *et al.*, 2017).

A violência psicológica também é algo frequentemente relatado, sendo ofendidas e desmoralizadas fazendo-as se sentirem desamparadas, com medo e solidão. Conforme a gestação vai avançando as mulheres relataram uma melhora no tratamento na unidade prisional, porém ainda continuaram com número insuficiente de consulta pré-natal, dificuldade de acesso à rede externa de saúde para realização de exames e consultas em serviços especializados. A dificuldade do acesso pode ser justificada pela falta de escolta e carros disponíveis, já que muitos desses procedimentos são realizados fora dos muros da unidade prisional sendo necessário serviços de segurança (DALENOGARE *et al.*, 2022; MATÃO *et al.*, 2016).

O pré-natal se dá de forma tardia e com quantidade de consultas abaixo do indicado, aumentando os riscos de complicações (DE ANDRADE e GOLÇALVES, 2018). O atraso na entrega de exames de detecção de gravidez afeta a autonomia na tomada de decisões relacionadas à gravidez e desassistência durante o pré-natal sendo evidenciada também pela ausência de medicamentos importantes podendo afetar a mãe e o bebê como no caso da anemia ferropriva ou em casos de sífilis e infecção urinária que pode favorecer a prematuridade, restrição do crescimento uterino, baixo peso ao nascer e aumento na morbimortalidade fetal e materna (SILVA *et al.*, 2020; MATOS, COSTA E SILVA e LIMA, 2018).

No trabalho de parto há falhas na comunicação entre o sistema prisional e a família, violência psicológica e verbal, complicações associadas a negligência durante o ciclo gravídico-puerperal como pré-eclâmpsia, descolamento prematuro de placenta, amniorrexe prematura, e infecções de feridas cirúrgicas, no caso de cesáreas (DE ANDRADE e GOLÇALVES, 2018). O trabalho de parto é descrito pelas mulheres como um momento de angústia e solidão, sem presença de acompanhante da escolha da mulher, uso de algemas, mesmo sendo proibido mediante a Lei nº 13.434 de 12 de abril de 2017 (DALENOGARE *et al.*, 2022; SILVA *et al.*, 2020).

Relataram também um tratamento negligente e violento, sendo visto como uma punição durante o parto pela condição judicial da mulher. Sofrem violência obstétrica exemplificada pela amniotomia não consentida, indução com ocitocina, restrição de posição para o parto, falta de esclarecimento, sendo precárias as boas práticas relacionadas ao parto e a aplicação de intervenções para que o parto fosse mais rápido sem conhecimento da parturiente, não oferta de analgesia ou utilização de métodos não farmacológicos para o alívio da dor e repetidos

exames de toque sem necessidade. Uma das mulheres entrevistadas relatou, além de todo o sofrimento durante o parto gemelar, a morte de uma de suas filhas, sendo que não foi feita nenhuma investigação para apurar atos de negligência ou imprudência dos profissionais que atenderam, salientando o estigma e descaso que sofrem as mulheres privadas de liberdade durante a maternidade (DALENOGARE *et al.*, 2022; SILVA *et al.*, 2020).

O estudo de Leal *et al.*, (2016) também mostrou a deficiência na frequência das visitas de familiares ou amigos às mulheres durante a gestação, falta de aviso aos familiares no momento do parto e a violação do direito de escolher um acompanhante no momento do parto, além do pré-natal inadequado e não se beneficiarem do direito de estarem vinculadas à uma maternidade, a fim de que a gestante se familiarize com o ambiente hospitalar, fortaleça vínculos com a equipe de saúde e assegure uma vaga para o parto.

No puerpério essas mulheres experimentam o sentimento de preocupação entre o vínculo com o bebê, prejuízo que o ambiente carcerário pode proporcionar ao desenvolvimento da criança e falta de orientação no período pós-parto, como por exemplo sobre o aleitamento materno (DE ANDRADE e GOLÇALVES, 2018; FERREIRA *et al.*, 2017). Além disso há a falta de suporte psicológico, que se demonstra essencial na população privada de liberdade, já que estudo revelou que os índices de depressão em mulheres encarceradas são mais altos em comparação à população não encarcerada (SILVA *et al.*, 2020).

Outro desafio encontrado durante a gestação na prisão é a ansiedade em relação às questões processuais. Muitas se sentem angustiadas pelo andamento ou desconhecimento do processo, além da preocupação com a guarda dos filhos após o período que a instituição permite o contato entre a mãe o bebê. Muitas se valem da esperança de que sairão com seus filhos para poder evitar discutir esse momento que é doloroso tanto para a mãe quanto para o bebê. O sofrimento psicológico para essas mães também se manifesta em situações no trabalho na unidade, já que precisam levar seus filhos para todos os lugares inclusive durante a limpeza, mesmo o bebê sendo exposto a produtos tóxicos e sujeira, além de não poder dormir na mesma cama que a criança, nem deixá-la andar no chão (CHAVES e DE ARAÚJO, 2020).

Uma pesquisa feita com puérperas reclusas no estado do Goiás corroborou os achados encontrados por Chaves e De Araújo (2020). As puérperas relataram não haver espaço adequado para as crianças, como uma brinquedoteca ou creche que assegure a permanência da criança maior de seis meses até sete anos de idade como permite a lei brasileira. Nota-se então que as unidades prisionais constituem-se de um ambiente inóspito para o desenvolvimento de uma criança, além da precariedade do acesso à saúde e carência de itens necessários como fralda, sabonete, roupa e leite para os bebês. As mulheres também referem um sentimento de

sofrimento perante a separação do bebê em determinado tempo, situação que também pode acarretar em prejuízos psicológicos à criança como problemas futuros de desordem de caráter, neurose e psicopatias, afetando o desenvolvimento da criança (MATÃO *et al.*, 2016).

Apesar da lei brasileira prever a permanência da criança com a mãe até os sete anos de idade, na realidade essa separação se dá de forma mais precoce, aos seis meses de idade, e com isso as mães veem no aleitamento materno a garantia de que seu filho ficará com elas até o tempo limite permitido, entretanto outras mães se preocupam com o desmame para não sofrer tanto na hora da separação, utilizando-se do desmame precoce como ferramenta para favorecer a adaptação do filho à nova situação, situações essas que geram um estresse afetando a saúde psicológica dessas mulheres. Essas mulheres também têm que lidar com a interferência dos funcionários sobre como elas deveriam cuidar dos seus filhos, tendo algumas atitudes interpretadas como falta de zelo, educação e amor pela criança (DIUANA *et al.*, 2017).

4 CONCLUSÃO

A população privada de liberdade feminina vem aumentando, e apesar de haver políticas públicas voltadas para suprir suas necessidades, a realidade é bem diferente. Diante do exposto, percebe-se que as dificuldades de exercer a maternidade na prisão começam no momento da prisão e perdura durante todo o ciclo gravídico, trazendo consequências para a mãe e o bebê. Essas mulheres são julgadas, vítimas de negligência e violência física e psicológica, além de terem dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde, incluindo pré-natal, exames e procedimentos necessários e direitos assegurados por lei durante o parto e puerpério.

Dessa forma, é necessário uma capacitação mais efetiva dos profissionais de saúde e carcerários, para ofertar um cuidado humanizado promovendo o respeito independente das condições judiciais dessa mulher, além de incentivar pesquisas relacionadas à população privada de liberdade do sexo feminino, já que são escassos estudos com esse tema.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 141 p. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório Temático Sobre Mulheres Privadas de Liberdade**. Ministério da Saúde: Brasília, 2017. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Inclusão das Mulheres em Privação de Liberdade na Rede**

Cegonha. Disponível em:

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/inclusao_mulheres_privacao_liberdade_rede_cegonha.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

CHAVES, L. H.; DE ARAÚJO, I. C. A. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e300112, 2020.

DALENOGARE, G. *et al.* Pertencimentos sociais e vulnerabilidades em experiências de parto e gestação na prisão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 263-272, 2022.

DE ANDRADE, A. B. C. A.; GONÇALVES, M. J. F. Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais. **Rev enferm UFPE on line.**, v. 12, n. 6, p. 1763-71, 2018.

DIUANA, V; CORRÊA, M. C.D.V.; VENTURA, M. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 727-747, 2017.

FERREIRA, L. S. *et al.* Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina. **Revista Cubana de Enfermagem.**, v. 33, n. 4, 2017. Disponível em: <http://www.revenfermeria.sld.cu/index.php/enf/article/view/1191/311>. Acesso em: 20 Mar. 2022.

FOCHI, M. C. S. *et al.* Vivências de gestantes em situação de prisão. **Revista Eletronica de Enfermagem** [Internet], 2017 v. 19, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/46647/25007>. Acesso em: 20 mar. 2022.

LEAL, M. C. *et al.* Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 7, p. 2061-2070, 2016.

MATÃO, M. E. L. Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho. **Rev. Enferm. Cent. O. Min.**, v. 6, n. 2, p. 2235-2246, 2016.

MATOS, K. K. C.; COSTA E SILVA, S. P.; LIMA, J. K. S. Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão. **Revista Enfermagem UFPE on line.**, v. 12, n. 11, p. 3069-77, 2018.

PÍCOLI, R. P. *et al.* Gestação e puerpério no cárcere: estudo descritivo da atenção à saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.38, n.1, p.67-82, 2014.

SALES, A. C. *et al.* Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa. **Revista baiana enfermagem**, v. 35, e36114, 2021.

SILVA, J. B. *et al.* Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica. **Revista Mineira Enfermagem.**, v. 24, e-1346, 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1 Pt 1, p. 102-6, 2010.